



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS
MARINHOS E COSTEIROS

ATA SUMÁRIA DE REUNIÃO PÚBLICA CGMAC/DILIC/IBAMA Nº 9/2018

EMPREENDIMENTO / ATIVIDADE: Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, do Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3.

PROCESSO IBAMA Nº: 02001.007928/14

DATA: 10.11.2018

LOCAL: Ilhabela/SP


Aos dez dias de novembro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e vinte minutos, na Escola Municipal Eurípedes da Silva Ferreira, Rua Bahia, 205 – entrada pela Rua Gerson Perez - bairro Barra Velha, iniciou-se a Reunião Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA referente ao Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3. A presente ata foi lavrada de acordo com os procedimentos definidos pelo IBAMA no Regulamento da Reunião Pública e em atendimento à demanda de realização de consulta pública no município recebida no Processo IBAMA nº 02001.007928/14. A mestre de cerimônia, após informar as condições de segurança do espaço, comunicou sobre a distribuição do EIA-Rima e sobre o relatório de divulgação da Reunião e informou que as listas correspondentes estão disponíveis para consulta na mesa de apoio do IBAMA e na recepção da Reunião. Em seguida chamou para abrir e presidir a Reunião Pública o Sr. Itagyba Alvarenga Neto, Coordenador de Produção da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA. O presidente da Reunião realizou a apresentação institucional, explicitando as etapas do processo de avaliação de impactos e riscos ambientais, a partir da análise do estudo de impacto ambiental (EIA) e da imposição de medidas de gestão ambiental, sendo papel do IBAMA exigir o menor impacto possível. Até o momento foram realizadas quatro Audiências Públicas (Niterói, Angra dos Reis, Santos e Caraguatatuba) e duas Reuniões Públicas (Cananeia e Ubatuba), sendo a presente Reunião o sétimo momento de consulta sobre este processo de licenciamento. Esta Reunião Pública tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo das atualizações dos Estudos Ambientais, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas, sugestões e contribuições à análise do EIA-Rima, estando a equipe técnica responsável pela análise presente na Reunião, pois é o momento onde o estudo ainda está em avaliação, com possibilidade de mudanças e correções, sendo a participação da sociedade presente muito importante neste processo. O Sr. Itagyba passou orientações regimentais da Reunião Pública, explicando o funcionamento da mesa de apoio do IBAMA e dinâmica da atividade, ressaltando que a etapa de perguntas será organizada priorizando os comunitários das localidades mais distantes. Em seguida passou a palavra para o Sr. Marcos Vinícius, representante da Petrobras o Sr. Marcos Vinícius, gerente setorial da Petrobras, que iniciou a apresentação pelo histórico deste processo, desde a emissão do Termo de Referência e confecção do EIA finalizado no ano de 2015 (protocolado no IBAMA em 2017), pareceres emitidos e as reuniões setoriais e oficiais realizadas no âmbito do

processo. Em seguida apresentou as atividades da empresa na Bacia de Santos, indicando os empreendimentos de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás já instalados e os previstos que já possuem licenças emitidas e bases de apoio. Explicitou as condições de produção e escoamento de gás e o transporte do petróleo por navios, ressaltando que transporte do óleo não é escopo do licenciamento em epígrafe. Em seguida chamou a Sra. Fabiana Bonani, representante da Mineral Engenharia, consultoria responsável pela confecção dos estudos, que fez sua apresentação abordando os principais encaminhamentos demandados pelos pareceres do IBAMA e como resultado das consultas públicas já realizadas. Em relação à área de estudo, localizou os 24 municípios componentes e os critérios utilizados (base de apoio, rota de navegação, área suscetível ao vazamento, áreas de exclusão, entre outros), indicando que um dos municípios do Litoral Norte, Ubatuba - que já integrava a AI como área geoeconômica de Caraguatatuba -, foi enquadrado também pelo critério da confrontação da área de pesca em relação à área de vazamento de óleo. Explicou sobre a delimitação da área suscetível ao vazamento e apresentou representações das modelagens realizadas, explicando alguns cenários modelados e o mapa de vulnerabilidade, destacando algumas áreas relevantes dos componentes socioeconômicos e bióticos. Explicou como foi realizada a revisão da modelagem, mencionando a alteração metodológica e inclusões de probabilidades de toque em áreas não anteriormente não consideradas, como o Arquipélago de Alcatrazes. Apresentou as alterações realizadas nos estudos, por revisão ou complementação, nos temas: planos e de programas de governo; legislação ambiental; diagnósticos dos meios físico, biótico e socioeconômico; análise integrada; impactos ambientais (destacando as mudanças de alguns impactos de potenciais para efetivos - como introdução de animais exóticos, colisão com embarcações de pesca, perda de petrechos e colisão; e a classificação de alguns atributos, como magnitude e importância); e análise de risco, indicando que a revisão não alterou a qualificação do risco; conformação da área de influência em 22 municípios, indicando as inclusões de municípios e os critérios correspondentes. Ainda sobre a área de influência ela destacou que a área suscetível ao de vazamento de óleo - área de risco - não se enquadra como área de influência da atividade. Também mencionou que houve complementações em medidas de mitigação. A apresentação da Mineral finalizou às catorze horas e cinquenta e sete minutos. Após a apresentação, a Mestre de Cerimônia, anunciou a abertura das inscrições para realização de perguntas orais na mesa de apoio do IBAMA. Fez-se um intervalo de cerca de 30 (trinta) minutos. Reabrindo a sessão a Mestre de Cerimônias convidou para compor a mesa dos debates o sr. Itagyba Alvarenga Neto, presidente, o Sr. Guilherme Augusto dos Santos Carvalho, como secretário executivo; o Sr. Marcos Vinícius de Mello representando a Petrobras; a Sra. Fabiana Bonani, representante da empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente. Iniciaram-se os debates e o esclarecimento das perguntas escritas e orais. Os temas abordados nas perguntas escritas foram os seguintes: (1) impactos à pesca; (2) contaminação por coral-sol; (3) fiscalização ambiental; (4) projetos de compensação e medidas mitigadoras; (5) área de influência; (6) fiscalização da pesca; (7) fiscalização dos navios; (8) linguagem utilizada nos estudos e consultas; (9) vazamentos de óleo, contaminação e indenização aos pescadores; (10) *royalties*; (11) diminuição do pescado. As perguntas orais: (1) Firmino Teixeira, falou que a Ilha de Búzios está sendo prejudicada por poluição, os peixes estão sumindo e a pescaria foi muito afetada, indagando quais ações estão sendo tomadas pela Petrobras para mitigação; falou que o dinheiro dos *royalties* vai para a prefeitura e não chega para pescador, o que é errado; pergunta com garantir que os recursos cheguem para as populações que vivem da pesca; falou que a pesca de rede foi proibida, os peixes estão sumindo e os comunitários estão passando fome; falou ainda que a Colônia de pesca também não ajuda o pescador; (2) Jandira Peixoto, da comunidade Enseada, pescadora, falou sobre o vazamento de óleo que atingiu sua pescaria e seus petrechos e que não houve solução; falou que tem nas mãos três documentos de embarcações que foram recebidas em projetos de compensação da Petrobras ou Prefeitura mas que, como não havia seguro, após um incêndio no rancho de pesca também objeto de compensação da pesca pela Petrobras, todas foram perdidas, além dos petrechos e do próprio rancho de pesca e não houve nenhum empenho, nem da prefeitura ou da Petrobras, para resguardar os

pescadores que dependiam daqueles equipamentos. Os pescadores só não passaram fome porque conseguiram ajuda de outros entes, mas que a situação ainda não foi normalizada; falou da existência do Pronaf, que não atende os pescadores porque as exigências e juros são abusivos; falou ainda das restrições impostas à pesca junto às costeiras, impedindo a reprodução da atividade pesqueira, ao passo que a Petrobras e grandes empresas podem atuar livremente, sem restrições dos órgãos reguladores/fiscalizadores; (3) Izaneide Sales, de São Sebastião, falou que os caiçaras estão sendo prejudicados pelos empreendimentos e solicita que cerca de 3% a 5% do valor dos empreendimentos sejam depositados em um fundo de auxílio aos caiçaras e que as empresas só possam retirar o petróleo após darem garantias para as comunidades. Foi falado também sobre a organização das comunidades em um GT de apoio às comunidades tradicionais e realizada a leitura do manifesto protocolado na Reunião sobre a aplicabilidade da Convenção 169 da OIT; por fim reclamou da linguagem utilizada nas consultas, que não é adequada ao público presente e que os pescadores artesanais deveriam ser respeitados e protegidos; (4) Evaldo Pereira, da comunidade do Araçá, falou sobre os prejuízos dos caiçaras após o incêndio que destruiu o rancho de pesca, embarcações e petrechos, indicando que as madeiras que caíram nas estradas poderiam ser repassadas para os pescadores para confecção de canoas; falou sobre os conflitos com as populações tradicionais e os parques e empreendimentos, sendo que os tradicionais sempre são prejudicados e solicita condicionantes do IBAMA que foquem ações junto às comunidades tradicionais, em atenção à Convenção da OIT; solicita também que os passivos ambientais de outros empreendimentos sejam recuperados neste licenciamento; (5) Roberto G. de Freitas, da comunidade de São Pedro, falou que os pescadores artesanais não prejudicam a pesca mas sim as ações das empresas e a poluição que elas jogam no mar; que podia ver cardumes mortos após algumas obras e pela solda ou sonda elétrica e ancoragem de navios; falou de navios que jogavam pó de serragem para encobrir o óleo derramado no mar; falou que a Petrobras e o IBAMA apoiam ações que causam poluição mas não protegem os pescadores e os peixes, criaturas de Deus; falou da fiscalização rigorosa sobre os pescadores, que proíbe as pescarias e recolhe os petrechos e que os peixes estão sumindo mesmo assim, porque quem prejudica os peixes são as empresas; falou que a Petrobras e o governo estão ganhando muito dinheiro e os pescadores estão ficando mais pobres; falou que as baleias estão sendo impactadas; falou das falhas dos projetos de compensação e que muitos pescadores foram prejudicados; falou da concorrência com os barcos de turismo; (6) Felipe Garcia dos Santos, representante de Pesca de Ilhabela, falou que a comunidade caiçara pensa que a Petrobras e Ibama são como uma mãe ingrata mas que ela espera trabalhar junto para resguardar sua cultura e modos de vida; falou da necessidade de obedecer a Convenção da OIT, da consulta livre e informada; falou dos desastres ambientais ocorridos (como Mariana e Porto de Santos) e da solução precária executada, como exemplo do que acontece e que não pode se repetir; falou que todos os envolvidos com a Petrobras paguem pelos danos que prejudicam a comunidade caiçara, indicando que as ações até agora efetuadas são insuficientes e são necessárias garantias caso aconteça algum incidente; fala de vazamentos ocorridos e camuflados e que isso não pode mais ocorrer; solicita que as reivindicações dos pescadores e populações tradicionais sejam atendidas; (7) Tadeu Badaró, do MPE, ressalta que também fala em nome do MPF; diz que irá protocolar documento com cinco questões; com relação a um eventual acidente ressalta que pescadores terão direito à indenização, entretanto o histórico do acidente anterior, da Transpetro, no qual o MPE tentou mediar entre a empresa e pescadores, aponta o contrário, pois a empresa não se dispôs a pagar imediatamente, preferindo judicializar; e não se trata de discordar com o valor em si, mas propriamente na recusa em realizar a indenização, argumentando a empresa de que não devia nada aos pescadores; ressaltou que é essa a postura que vem tendo Transpetro e Petrobras e, no caso de um acidente referente ao empreendimento em questão, entende que provavelmente haverá uma recusa da empresa em indenizar os pescadores de imediato, levando novamente a uma judicialização, a menos que haja uma revisão de postura por parte da empresa; ressaltou que soa sem credibilidade o posicionamento da empresa nesta Reunião Pública, em função do histórico mencionado quanto ao acidente da Transpetro; destaca que seria importante que estivessem

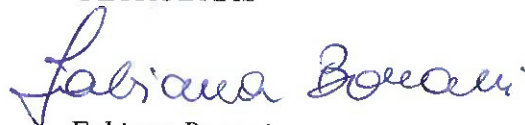
diversos outros representantes do órgão licenciador na presente Reunião, como por exemplo o setor jurídico e a diretoria de licenciamento, em função das demandas colocadas pela população; ressalta o compromisso da equipe da COPROD; ressalta que é interessante a sugestão de criação de um fundo de emergência, que possa socorrer as pessoas mais rapidamente em caso de acidente. Passando às considerações que o MP coloca ao IBAMA, ressalta preocupações com relação ao coral-sol: que o órgão ambiental exigiu um programa de controle de espécies exóticas, porém se os diagnósticos de etapas anteriores do Pré-sal não foram concluídos, questiona como se pode dar prosseguimento ao licenciamento do empreendimento em questão; também levantou questões quanto à água produzida, questionando se o método de tratamento de água produzida proposto é suficiente; ressalta que o MPE vem acompanhando o PAIC, bem como a relevância do impactos sociais na região, questionando como serão incorporados os resultados do PAIC no licenciamento do Etapa 3 e nos processos vindouros; para finalizar coloca questão dos impactos da atividade em termos da geopolítica mundial, por conta da relação entre a queima de combustíveis fósseis e o aquecimento global; questiona qual o grau de contribuição para o efeito estufa do empreendimento, tanto pela queima direta de gás quanto pelo recurso petrolífero que será extraído, considerando ainda o Acordo do Paris do qual o Brasil é signatário. O presidente da mesa informou que o encaminhamento de documentos sobre o Licenciamento Ambiental ou sobre o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do empreendimento Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3, podem ser encaminhados para o e-mail CGMAC.sede@IBAMA.gov.br ou através do endereço: Praça XV de novembro, nº 42, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, no prazo de 10 (dez) dias úteis. Todos os pontos foram esclarecidos pela mesa, pelo IBAMA, pela empresa de consultoria e por técnicos da PETROBRAS com conhecimento específico sobre os temas perguntados. Foram protocolados 3 (três) documentos durante a Reunião Pública: (1) Ofício Manifesto do GT Ubatuba – Etapa 3, sobre a aplicabilidade da Convenção 169 da OIT no processo; (2) Solicitação do Sr. Oswaldo Pescador, da necessidade de um estaleiro para a manutenção das embarcações, além de píer com bomba de óleo com preço mais acessível para os pescadores. A Reunião Pública contou com a presença de 142 (cento e quarenta e duas) pessoas. O Sr. Itagyba Alvarenga Neto fez suas considerações finais e, às dezoito horas e trinta minutos do dia dez de novembro de dois mil e dezoito, considerou válida e encerrada a Reunião Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA referente ao Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3. Lavrou esta Ata a Analista Ambiental da CGMAC/DILIC/IBAMA, Lilian Maria Menezes Lima, que assina com os demais representantes.


Itagyba Alvarenga Neto
Coordenador de Produção da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA
Presidente da Mesa Diretora da Reunião Pública


Guilherme Augusto dos Santos Carvalho
Analista Ambiental da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA
Secretário Executivo



Marcos Vinicius de Mello
Gerente Setorial de Meio Ambiente UOBS
PETROBRAS



Fabiana Bonani
Fabiana Bonani
Mineral Engenharia e Meio Ambiente



Lilian Maria Menezes Lima
Lilian Maria Menezes Lima
Analista Ambiental
COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA

